

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo

CNPJ. : 61.699.567/0011-64

Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.S. as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A direção primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de

Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**. Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2016	2015
Ativo Circulante	55.402.873,23	65.408.754,35
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	783.869,88	434.438,45
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	32.007,18	6.527,66
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	751.862,70	427.710,79
Clientes (Nota 3.3)	15.571.797,48	27.214.659,15
Valor a receber - Secretária de Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	13.620.000,00	14.860.000,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.3.2)	1.951.797,48	1.707.133,53
Valores em Negociação - Convênio (Nota 3.3.3)	-	10.647.525,62
Outros Créditos (Nota 3.4)	590.489,08	660.421,50
Adiantamentos a fornecedores (Nota 3.4.1)	128.268,45	106.159,59
Antecipações salariais (Nota 3.4.2)	962,06	1.099,55
Antecipação de férias (Nota 3.4.3)	56.786,92	51.015,21
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.4)	5.334,72	500.403,15
Depósito Judicial (Nota 3.4.5)	13.217,71	1.744,00
Adiantamento SPDM	385.919,22	-
Estoques (nota 3.5)	38.388.605,35	37.027.427,41
Estoques de Materiais	219.951,70	203.258,84
Operações com Materiais de Terceiros (Nota 3.5.1)	38.168.653,65	36.824.168,57
Medicamentos	38.168.653,65	36.824.168,57
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3.6)	68.111,44	71.807,84
Prêmios de seguros e outros a vencer	68.111,44	71.807,84
Ativo Não Circulante	27.452.483,93	154.548,36
Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 3.7)	27.240.000,00	-
Convênios Públicos a Receber	27.240.000,00	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 3.8)	201.191,45	154.548,36
Bens Móveis (Nota 3.8)	768.787,63	822.593,05
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.8.1)	(567.596,18)	(668.044,69)
Ativo Intangível	11.292,48	-
Intangível de Terceiros	15.400,00	-
Ajuste vida útil - Intangível terceiros (Nota 3.8.1)	(4.107,52)	-
Total do Ativo	82.855.357,16	65.563.302,71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. Características da Unidade Gerenciada: O Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, é composto por 03 Farmácias de Dispensação de Medicamentos Excepcionais: 01 no município de São Paulo (FME Várzea do Carmo), referência para pacientes transplantados, renais crônicos e portadores de endometriose, além de contar com o Programa de Entrega de Medicamentos em Casa (Med. Casa); 01 no município de Campinas (FME Campinas) que atende a demanda do município e região, incluindo a dispensação de medicamentos para Clínicas de Terapia Renal Substitutiva e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e 01 no município de Guarulhos (FME Guarulhos), a qual além de atender a demanda de todo município, dispensa medicamentos para 07 Clínicas de Repouso, 02 Hospitais Regionais e 01 Penitenciária. Tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica, regendo-se por Convênios anuais com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e pela legislação aplicável. Em 02/05/2006, a SPDM assumiu sua gestão, por meio de parceria com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas, tendo como foco:

- Distribuir e dispensar medicamentos excepcionais, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácia e diretrizes estabelecidas pelos programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado.
- Promover a busca contínua da qualidade através do fortalecimento e aperfeiçoamento da assistência farmacêutica, atendimento, sistema de distribuição, dispensação e gestão;
- Desenvolver pessoas e contribuir para uma saúde pública digna com compromisso social.
- Buscar aperfeiçoamento contínuo de modo a tornar-se um centro de distribuição sendo reconhecido como polo de referência de dispensação de medicamentos, atendimento e assistência farmacêutica. Objetivando a continuidade dos atendimentos, no exercício de 2016, a SPDM em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo firmou os seguintes Termos Aditivos e convênios vigentes:

TA 01/2016 ao Convênio 313/2015 - Assinado em 07/10/2016 no valor total de R\$ 2.270.000,00, vigente até 31/12/2016, com o objetivo de incorrer despesas com Custeio das unidades de Farmácias de Medicamentos Excepcionais dos municípios de São Paulo (Várzea do Carmo) e Guarulhos.

TA 001/2016 ao Convênio 318/2015 - Assinado em 10/10/2016 no valor total de R\$ 702.000,00, vigente até 31/12/2016, com o objetivo de incorrer despesas com Custeio da unidade de Farmácia de Medicamentos Excepcionais do município de Campinas.

734/2016 - Assinado em 30/12/2016 no valor total de R\$ 40.860.000,00 com vigência de 36 meses a contar da data de assinatura, com o objetivo de incorrer despesas com Custeio da unidade de Farmácia de Medicamentos Excepcionais dos municípios de São Paulo (Várzea do Carmo) e Guarulhos.

1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988.

2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram Artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da Portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Passivo	2016	2015
Passivo Circulante	66.037.824,23	65.408.754,35
Fornecedores (Nota 3.9)	141.440,96	25.335,97
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.10)	1.226.967,92	400.761,65
Serviços de Terceiros P. Física	1.753,20	-
Salários a pagar (Nota 3.11)	469.065,45	438.081,95
Contribuições a recolher (Nota 3.12)	133.403,31	122.094,22
Provisão de férias (Nota 3.13)	736.949,29	716.771,13
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.13)	58.626,64	57.341,69
Provisão de PIS sobre férias (Nota 3.13)	7.369,51	-
Provisão de despesas com quitações (Nota 3.3.2)	1.951.797,48	1.707.133,53
Impostos a recolher (Nota 3.14)	86.092,52	77.758,52
Obrigações Tributárias (Nota 3.15)	48.859,09	42.365,28
Empréstimo a funcionário	-	-
Lei 10.820/03 (Nota 3.16)	16.660,44	17.233,93
Outras contas a pagar (Nota 3.17)	-	1.104.286,30
Financiamentos/Empréstimos/Parcelamentos (Nota 3.19)	8.321.000,00	8.646.800,00
Estrutura SPDM	27.663,23	-
Convênios/Contratos públicos a realizar (Nota 3.18)	14.641.521,54	15.228.621,61
Baixa de Obrigações com Materiais de Terceiros (Nota 3.5.1)	38.168.653,65	36.824.168,57
Passivo Não Circulante	27.465.058,55	154.548,36
Provisões de Despesa	-	-
Processos Trabalhistas (Nota 3.21)	12.574,62	-
Obrigações - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.8)	784.187,63	822.593,05
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.8.1)	(571.703,70)	(668.044,69)
Convênios Públicos a Realizar (Nota 3.7)	27.240.000,00	-
Total do Passivo	93.502.882,78	65.563.302,71
Patrimônio Líquido (Nota 5)	(10.647.525,62)	-
Resultado do Exercício (Nota 3.23)	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(10.647.525,62)	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	82.855.357,16	65.563.302,71

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 5)

Descrição	Valores em Reais	
	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2015	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(10.647.525,62)	(10.647.525,62)
Saldo em 31/12/2016	(10.647.525,62)	(10.647.525,62)

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
1 - Receitas	19.890.510,17	21.444.148,69
1.1) Prestação de serviços	17.186.760,29	18.502.658,68
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Na	-	12.907,61
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	2.703.749,88	2.928.582,40
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	4.660.475,36	5.600.812,93
2.1) Matérias-primas consumidas	-	866,06
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	325.085,34	300.343,90
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	4.313.803,64	5.299.602,97
2.4) Perda/ recuperação de valores ativos	2.777,10	-
2.5) Outros	18.809,28	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	15.230.034,81	15.843.335,76
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	15.230.034,81	15.843.335,76
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	38.172,40	220.270,57
5.1) Receitas financeiras	38.172,40	220.270,57
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	15.268.207,21	16.063.606,33
7 - Distribuição do Valor Adicionado	15.268.207,21	16.063.606,33
7.1) Pessoal e encargos	10.123.827,66	10.621.679,52
7.2) Impostos, taxas e contribuições	11.740,44	59.044,36
7.3) Juros	1.917.385,57	1.495.193,91
7.4) Aluguéis	445.297,97	959.106,14
7.5) Outras Despesas	66.205,69	-
7.6) Isenção usufruída sobre contribuições	2.703.749,88	2.928.582,40

ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo: Rua Leopoldo Miguez, 327 - Cambuci. São Paulo - SP CEP 01518-200 - CNPJ nº 61.699.567/0011-64. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam os recursos em moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31.12.2016-R\$	31.12.2015-R\$
Caixa	-	200,00
Bancos	32.007,18	6.527,66
Aplicação Financeira de Curto Prazo	751.862,70	427.710,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	783.869,88	434.438,45

3.2-Aplicações Financeiras: As Aplicações Financeiras referem-se a Cer-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições	19.890.510,17	21.431.241,08
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	17.179.100,07	18.502.658,68
Trabalhos Voluntários Estatutários (Nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	2.187.476,88	2.364.474,51
Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Terceiros (Nota 9.2)	900,00	-
Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	515.373,00	555.079,76
(+) Outras Receitas Com Restrições	38.172,40	233.178,18
Outras Receitas	-	12.907,61
Financeiras	38.172,40	220.270,57
(=) Receita Líquida Com Restrições	19.928.682,57	21.664.419,26
Custos e Despesas (-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (Nota 4.2)	13.380.596,56	7.335.971,17
(-) Serviços - Pessoal Próprio	8.021.254,31	3.830.704,01
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	4.500,00	108.784,33
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	3.469.287,49	2.665.578,92
(-) Mercadorias	325.085,34	46.991,22
(-) Financeiras	157.192,07	683.383,67
(-) Isenção usufruída - INSS Patronal	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	1.403.277,35	-
(-) Tributos	-	529,02
(=) Superávit/Déficit Bruto Com Restrições	6.548.086,01	14.328.448,09
(-) Despesas Operacionais Com Restrições (Nota 4.2)	6.481.880,32	14.328.448,09
(-) Serviços - Pessoal Próprio	2.094.913,13	6.790.975,51
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.213.649,08	2.973.012,94
(-) Manutenção e Conservação	-	511.332,92
(-) Mercadorias	71.665,04	254.218,74
(-) Financeiras	1.779.002,78	811.810,24
(-) Tributos	11.740,44	58.515,34
(-) Despesas - Bens Permanentes de Terceiros	2.777,10	-
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Próprios (Nota 9.1)	784.199,53	2.364.474,51
(-) Isenção usufruída - INSS	-	-
Serviços Terceiros (Nota 9.2)	900,00	-
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 9.3)	515.373,00	555.079,76
(-) Isenção usufruída - Trabalhos Voluntários Estatutários (Nota 9.4)	7.660,22	9.028,13
(-) Outras Despesas	66.205,69	-
(-) Outras Despesas Financeiras	66.205,69	-
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições (Nota 6)	-	-

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	10.647.525,62	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais (10.647.525,62)	(10.647.525,62)	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
Variações nos ativos e passivos	(15.523.509,51)	

continuação

para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2016
Aviso Prévio Indenizado	R\$ 901.838,93
Multa 50% FGTS	R\$ 1.049.958,55
Total	R\$ 1.951.797,48

3.3.3- Valores em Negociação - Convênio: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, valores esses provenientes de resultado operacional deficitário acumulado no período de 2006 a 2012 e despesas empenhadas devido ao término e não renovação em tempo hábil dos instrumentos de Convênios firmados com a secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em exercícios anteriores. Em 31.12.2016 a Entidade concluiu que para tais valores não havia expectativas de recuperação, reconhecendo assim o valor de R\$ 10.647.525,62 como perda, em conta específica do Patrimônio Líquido. **3.4 - Outros Créditos:** Representam valores a receber, normalmente não relacionados com o objeto principal da unidade gerenciada. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Referem-se a valores pagos no mês corrente a fornecedores relativos a benefícios como vale transporte, e vale alimentação, os quais serão disponibilizados aos colaboradores somente no mês subsequente. O saldo em 2016 foi de R\$ 128.268,45. **3.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados nesta conta representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 dias antes do início do respectivo período. **3.4.4 - Outros créditos e adiantamentos:** Representam valores a títulos de créditos que não se enquadram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. **3.4.5- Depósito Judicial:** Representam recursos financeiros à disposição do Juízo, para discussões de ações cíveis, tributárias e trabalhistas. Os valores mantidos nesta conta estão amparados por processos trabalhistas e totalizam no exercício de 2016 R\$ 13.217,71. **3.5- Estoques:** Os estoques de materiais foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques

contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.016 é de R\$ 38.388.605,35.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2016	31.12.2015
Materiais de Nutrição	41.277,26	18.231,03
Materiais de Almoço	178.674,44	185.027,81
Materiais de Terceiros	38.168.653,65	36.824.168,57
Total	38.388.605,35	37.027.427,41

3.5.1- Estoques de Terceiros: Os estoques de Terceiros são compostos exclusivamente por medicamentos, os quais são fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretária da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes. Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2016 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 38.168.653,65 (Conforme evidenciado no quadro acima). **3.6- Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Convênio nº 734/2016, celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, totalizando R\$ 27.240.000,00. **3.8- Imobilizado - Bens De Terceiros :** O imobilizado de uso da unidade gerenciada NGA Várzea do Carmo é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
Imobilizado - Bens de Terceiros	822.593,05	3.270,90	(41.676,32)	784.187,63
Bens Móveis	822.593,05	3.270,90	(41.676,32)	784.187,63
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	950,58	-	(170,00)	780,58
Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro	13.014,60	-	-	13.014,60
Equipamentos Processamento de Dados	113.882,53	765,00	(23.855,29)	90.792,24
Mobiliário em Geral	444.286,83	-	(13.383,63)	430.903,20
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	167.044,81	-	-	167.044,81
Aparelho de Medição	1.403,88	-	-	1.403,88
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	8.756,59	-	-	8.756,59
Aparelhos e Utensílios Domésticos	24.138,99	2.505,90	(4.267,40)	22.377,49
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	21.989,75	-	-	21.989,75
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	11.724,49	-	-	11.724,49
Softwares	15.400,00	-	-	15.400,00
Total Imobilizado - Terceiros	822.593,05	3.270,90	(41.676,32)	784.187,63

Descrição	Posição em 31/12/2015	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2016	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(668.044,69)	191.928,21	(95.587,22)	(571.703,70)
Bens Móveis	(668.044,69)	191.928,21	(95.587,22)	(571.703,70)
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(301,25)	95,79	(84,96)	(290,42)
Equipamentos Proteção/Segurança/Socorro	(5.788,99)	-	(1.301,40)	(7.090,39)
Equipamentos Processamento de Dados	(110.408,66)	39.271,45	(11.963,64)	(83.100,85)
Mobiliário em Geral	(392.040,76)	131.751,32	(56.132,01)	(316.421,45)
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(114.556,00)	12.711,74	(16.704,24)	(118.548,50)
Aparelho de Medição	(1.403,88)	-	-	(1.403,88)
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	(8.564,16)	-	(38,52)	(8.602,68)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(13.055,43)	1.503,26	(2.527,99)	(14.080,16)
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(10.452,99)	582,00	(2.208,93)	(12.079,92)
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(10.188,97)	6.012,65	(1.801,61)	(5.977,93)
Softwares	(1.283,60)	-	(2.823,92)	(4.107,52)
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(668.044,69)	191.928,21	(95.587,22)	(571.703,70)

3.8.1 Ajuste de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9- Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, vigilância, portaria, manutenções preventivas, etc. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Os mesmos são recolhidos mensalmente em suas respectivas data de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20, FGTS até o dia 07 e PIS até o dia 25 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite.

Contribuições a Recolher	Saldo em 31.12.2016
INSS	R\$ 49.076,07
FGTS	R\$ 74.726,48
PIS	R\$ 9.411,07
Contribuição Sindical	R\$ 189,69
Total	R\$ 133.403,31

3.13 - Provisão de Férias e Encargos: Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	736.949,29	716.771,13
Provisão de FGTS sobre Férias	58.626,64	57.341,69
Provisão de PIS sobre Férias	7.369,51	-

3.14 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite.

Impostos a recolher	Saldo em 31.12.2016
IRRF a recolher	R\$ 86.092,52

3.15 - Obrigações Tributárias: A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2016 totalizou R\$ 48.859,09 e, em 2015, R\$ 42.365,28.

Tributos a Recolher	Saldo em 31.12.2016
INSS Terceiros	R\$ 19.466,85
ISS PJ	R\$ 11.444,55
IRRF PJ	R\$ 1.845,06
CSLL/PIS/COFINS	R\$ 15.814,30
Outras Taxas Municipais	R\$ 288,33
Total	R\$ 48.859,09

3.16 - Empréstimos Funcionários: Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuidade da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2016 foi de R\$ 16.660,44. **3.17 - Outras contas a pagar:** Os valo-

res evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.18 - Convênios/Contratos públicos a realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002- R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 13.620.000,00 e a realizar em longo prazo representa o valor de R\$ 27.240.000,00. **3.19 - Financiamentos/Empréstimos/Parcelamentos:** Valor referente a empréstimos (Curto Prazo) contraídos junto a Instituição Financeira Banco Bradesco S.A, destinados a capital de giro pré-fixado, sujeito a encargos usuais de mercado, mediante contratos com vencimentos mensais e a uma taxa efetiva de juros de 1,83% a.m. São registrados pelos valores históricos contraídos e vencíveis em curto prazo (Passivo Circulante), apresentam-se pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de juros proporcionais ao período incorrido, os quais se encontram devidamente registrados em contas financeiras. A obtenção desses empréstimos se fizeram necessários devido à ausência de um instrumento de convênio e a fim de evitar a descontinuidade dos atendimentos na unidade.

Instituição Financeira	Operação	Taxa %	Prazo	31/12/2016
Banco Bradesco - 603786	Capital de Giro	1,83	31 dias	323.500,00
Banco Bradesco - 600680	Capital de Giro	1,83	31 dias	7.997.500,00
Saldo de Empréstimos (Curto Prazo)				8.321.000,00

Farmácias	CNPJ	Numero do Convênio	Vigência	Valor Recebido Em 2016
Várzea do Carmo Guarulhos	61.699.567/0011-64	313/2015	05/11/2015 à 31/12/2016	R\$ 11.350.000,00
Várzea do Carmo Guarulhos	61.699.567/0011-64	TA 01/2016 313/2015	05/11/2015 à 31/12/2016	R\$ 2.270.000,00
Campinas	61.699.567/0011-64	318/2015	10/10/2016 à 31/12/2016	R\$ 3.510.000,00
Campinas	61.699.567/0011-64	TA 001/2016 318/2015	07/10/2016 à 31/12/2016	R\$ 782.000,00
Total Dos Convênios (Recebido)				R\$ 17.932.000,00

5- Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido anteriormente não apresentava valores, em virtude de aplicação do que estabeleceu as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". No entanto em 31.12.2016 a Entidade concluiu que não havia expectativas de recuperação para os valores auferidos a título de Valores em Negociação de Convênios, reconhecendo assim como perda, o valor de R\$ 10.647.525,62 em conta específica (Ajustes de Exercícios Anteriores) do Patrimônio Líquido. **6-Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 17.866.093,50 esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, considerando custos e despesas operacionais no período. **8 - Relatório de Execução do Convênio**

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Convênio - 2016					
	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuídos - Total	798.000	798.020	798.000	891.622	1.596.000	1.689.642
Atendimentos - Total						
Triagem		76.557		83.529		160.086
Processos Externos		3.421		3.652		7.073
Farmácia de Alto Custo - Guichê		314.671		381.251		695.922
Farmácia de Alto Custo - Municípios		338.767		351.515		690.282
Entrega de Medicamentos Em Casa		64.604		71.675		136.279

(*) A meta proposta de todas as unidades trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes. **9- Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que

3.20 - Estimativas Contábeis.: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas **3.21 - Contingências Passivas.:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM - NGA Várzea do Carmo acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Provisão de Despesa Processos Trabalhistas com o valor de R\$ 12.574,62. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 260.589,30. Não houve no exercício de 2016, contingências passivas, na esfera cível e Tributária.

Contingências Passivas 2016	
Trabalhista	
Provável	Possível
12.574,62	260.589,30

3.22 - Outros Ativos e Passivos.: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.23 - Apuração do Resultado.:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem E Aplicação Dos Recursos.** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais.:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.2- Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregadas e classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente ao patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Convênios Vigentes Em 2016	Valor Recebido Em 2016			
Farmácias	CNPJ	Numero do Convênio	Vigência	Valor Recebido Em 2016
Várzea do Carmo Guarulhos	61.699.567/0011-64	313/2015	05/11/2015 à 31/12/2016	R\$ 11.350.000,00
Várzea do Carmo Guarulhos	61.699.567/0011-64	TA 01/2016 313/2015	05/11/2015 à 31/12/2016	R\$ 2.270.000,00
Campinas	61.699.567/0011-64	318/2015	10/10/2016 à 31/12/2016	R\$ 3.510.000,00
Campinas	61.699.567/0011-64	TA 001/2016 318/2015	07/10/2016 à 31/12/2016	R\$ 782.000,00
Total Dos Convênios (Recebido)				R\$ 17.932.000,00

do, totalizando um montante de R\$ (17.217.272,47). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 648.821,03. O resultado superavitário, reflexo de equilíbrio/redução de custos e despesas da unidade, ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do Convênio, demonstrando o equilíbrio econômico - financeiro do Convênio. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS.:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e proporcionar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016 o Núcleo Assistencial Várzea do Carmo, apresentou a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
---------------------	-------

continuação

também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 2.703.749,88 Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.**: Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.187.476,88. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 2.364.474,51. **9.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços**

de Terceiros.: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção encontra-se registradas em contas específicas de receitas, sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 900,00. Em 2015 por não haver o pagamento desses serviços, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).**: A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 515.373,00. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 555.079,76. **9.4-Trabalho Voluntário.** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22. Em 2015 a entidade aprovou o valor de R\$ 9.028,13. **10-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12).**: Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM.; Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico-CRM 65.949; Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora-CRC 1SP 298.438/O-8

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Veador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldeimar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Pronto-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGU-RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Varzea do Carmo que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

FUGINI ALIMENTOS LTDA

CNPJ nº 00.588.458/0001-03
Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais combinados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)						
Ativo	Combinado		Passivo	Combinado		
	2016	2015		2016	2015	
Circulante	186.775	185.172	Circulante	134.962	129.137	
Caixa e equivalentes de caixa	5.022	22.111	Fornecedores	45.042	25.889	
Contas a receber	72.897	64.350	Empréstimos e financiamentos	64.531	76.244	
Estoques	98.105	74.933	Obrigações sociais	9.637	8.750	
Impostos a recuperar	5.320	13.941	Obrigações fiscais e tributárias	12.415	14.333	
Instrumentos financeiros - derivativos	801	7.617	Adiantamentos de clientes	2.914	3.421	
Demais contas a receber	4.630	2.220	Demais contas a pagar	423	500	
Não circulante	1.551	2.481	Não circulante	84.302	91.523	
Impostos a recuperar	321	561	Empréstimos e financiamentos	68.187	75.172	
Impostos diferidos	927	-	Obrigações fiscais e tributárias	14.536	10.196	
Instrumentos financeiros - derivativos	-	1.769	Impostos diferidos	-	5.493	
Depósitos judiciais	303	151	Provisão de contingências	1.579	662	
Intangível	1.365	1.490	Patrimônio líquido	94.102	90.438	
Imobilizado	123.675	121.955	Capital social	1.600	1.600	
	125.040	123.445	Ajuste avaliação patrimonial	2.827	2.853	
			Ajuste avaliação patrimonial - controladas	19.024	19.892	
			Reserva de Subvenção de Investimento - controladas	26.995	19.470	
			Reserva de lucros	43.656	46.623	
Total do ativo	313.366	311.098	Total do passivo e do patrimônio líquido	313.366	311.098	
Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares Reais)						
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexa	Reserva de Subvenção de Investimento - Reflexa	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.600	2.879	21.648	6.887	41.247	74.261
Distribuição de dividendos conforme AGO	-	-	-	-	(7.562)	(7.562)
Realização do custo atribuído	-	(26)	(1.756)	-	846	(936)
Reserva Subvenção Investimento - Reflexa	-	-	-	12.583	(13.806)	(1.223)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.898	25.898
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.600	2.853	19.892	19.470	46.623	90.438
Distribuição de dividendos conforme AGO	-	-	-	-	(7.159)	(7.159)
Realização do custo atribuído	-	(26)	(868)	-	894	-
Reserva Subvenção Investimento - Reflexa	-	-	-	7.525	(8.458)	(933)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.756	11.756
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.600	2.827	19.024	26.995	43.656	94.102
Demonstrações dos resultados combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares Reais)						
	Combinado		Combinado			
	2016	2015	2016	2015		
Receita operacional líquida	396.523	349.288	Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	46.102	57.761	
Custo dos produtos vendidos	(239.060)	(197.860)	Resultado financeiro líquido	(37.693)	(32.552)	
Resultado bruto	157.463	151.428	Resultado do exercício antes do IR e da CS	8.409	25.209	
Despesas/(receitas) operacionais			Imposto de Renda corrente	(2.232)	(1.293)	
Com vendas e comerciais	(82.599)	(76.062)	Contribuição Social corrente	(841)	(496)	
Gerais e administrativas	(42.499)	(32.667)	Imposto de Renda diferido	4.720	1.823	
Outras despesas/(receitas) operacionais	13.737	15.062	Contribuição Social diferida	1.700	656	
	(111.361)	(93.667)	Lucro líquido do exercício	11.756	25.899	

O parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão disponíveis na sede da empresa.

Demonstrações dos resultados abrangentes combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	Combinado	
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	11.756	25.899
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	11.756	25.899
Demonstrações dos fluxos de caixas combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares reais)		
	Combinado	
	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.756	25.899
Resultado do exercício	11.756	25.899
Ajustes p/conciliar o lucro líquido/(prejuízo) ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	8.469	7.993
Provisão para devedores duvidosos	73	600
Provisão de contingências	917	(117)
Resultado na venda de ativo permanente	18	2.079
Impostos diferidos	(6.420)	(2.480)
Ajuste adoção custo atribuído	-	(2.301)
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.585	(10.416)
Provisões juros sobre empréstimos	16.097	26.564
	39.495	47.821
Variação em ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(8.620)	(1.996)
Estoques	(23.172)	9.264
Impostos a recuperar	8.861	(7.023)
Outras contas a receber	(2.410)	832
Depósitos judiciais	(152)	35
Fornecedores	19.153	(7.207)
Obrigações sociais	887	651
Impostos e contribuições a recolher	2.423	(3.513)
Outras contas a pagar	(584)	58
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.881	38.922
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado	(10.082)	(16.480)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(10.082)	(16.480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos	(7.159)	(7.562)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(113.359)	(89.042)
Captações de empréstimos e financiamentos	77.630	84.770
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(42.888)	(11.834)
Aumento/(redução) líquido caixa e equivalentes caixa	(17.089)	10.608
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.111	11.503
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.022	22.111
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(17.089)	10.608
DIRETORIA		
Regiane Cristina Sechirolli da Silva - Contadora		
CRC 1SP241538/O-3		

